

# Trabalho imaterial, forças produtivas e transição nos *Grundrisse* de Karl Marx

HENRIQUE AMORIM<sup>1</sup>

## Introdução

A tese de que o capitalismo teria vencido o socialismo (em especial o da antiga URSS) no que se refere à organização da burocracia, à produtividade e à distribuição da renda na sociedade difundiu-se nas últimas três décadas e influenciou o campo marxista, afastando dele muitos autores<sup>2</sup>.

Surgiram, nesse contexto, análises da obra de Marx sobre os processos de trabalho e, especialmente, sobre o conceito de trabalho que questionavam a relevância do papel político das classes sociais na atualidade e no socialismo, como sociedade de transição.

O conjunto dessas teorias difundiu-se dentro de um eixo orientado pelas novas formas de exploração do trabalho na indústria e pela expansão do setor de serviços. Ao mesmo tempo em que houve a necessidade de negar o marxismo, as teses de Marx foram instrumentalizadas, acabando por orientar a dinâmica e a conservação das sociedades capitalistas.

Na prática, uma das formas de descarte/revisão da teoria marxista foi defini-la como uma teoria do industrialismo. Se este último havia sido superado por novas e mais eficazes formas de produção, que faziam desenvolver a subjetividade do trabalhador e ainda mantinham a dominação social do capital, a teoria que

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. henriqueamorim@hotmail.com.

<sup>2</sup> Edward Chilcote & Ronald Chilcote. "A Crise do marxismo: uma apreciação de Novos Rumos". *Revista de Ciências Sociais*, nº 22, 1991.

dava sustentação ao “velho” embate entre classes sociais deveria ser considerada, no mínimo, uma teoria anacrônica ou ultrapassada.

A análise de Marx sobre a história da luta de classes seria refém, dessa forma, da indústria capitalista e, dentro desta, do trabalho imediato, considerado como a forma central de constituição do valor. Nesse sentido, se o trabalho imediato deixa de ser a relação social fundamental na produção e reprodução social do capital, a indústria, estrito senso, também o deixaria. Ao se indicar a superação da indústria, indica-se a superação da análise de Marx do capitalismo.

A partir desse universo de revisão e rechaço ao marxismo, as teorias sobre a não-centralidade do trabalho e, depois, sobre a imaterialidade do trabalho foram desenvolvidas. Em um primeiro momento, a negação do marxismo e do trabalho industrial, pensado em sentido generalizado, foi o objetivo central das teses sobre a não-centralidade do trabalho.

A racionalização da produção advinda do desenvolvimento econômico, leia-se, das forças produtivas, teria transformado o trabalho em uma atividade fadada à alienação. A redução do trabalho industrializado nos principais países da Europa Ocidental foi, nestes termos, apontada como um futuro próximo para todas as sociedades capitalistas<sup>3</sup>. Com isso, o processo de racionalização capitalista não daria margem a qualquer possibilidade de desestruturação desse modo de produção; a classe trabalhadora teria como única alternativa a possibilidade de “administrar” este processo “inevitável” de substituição de homens por máquinas, que teria como consequência principal o fim do trabalho. Por sua vez, o trabalho deixou de ser considerado como expressão de qualquer forma de poder ou de resistência frente ao capital. A classe trabalhadora, assim, não teria mais possibilidades materiais e tampouco vocação para revolucionar o poder institucionalizado<sup>4</sup>. A teoria das classes sociais estaria superada?

Para nós, a retomada de Marx e, em particular, dos *Grundrisse* não é gratuita. Ela é eficaz e versátil à construção de um objeto teórico que é hoje utilizado indiscriminadamente. Falamos aqui das teses sobre o trabalho imaterial considerado como força produtiva central.

O trabalho imaterial em Marx é definido em contraposição ao trabalho produtivo. Trabalhos que não formam valor, mas que fazem o valor se movimentar com mais rapidez, que dão maior dinâmica ao processo de valorização. São atividades vinculadas, em sua maioria, aos serviços e, dentro desses, à utilização da capacidade intelectual do coletivo de trabalhadores. Trata-se de um conceito figurativo, metafórico que Marx usou em determinados momentos de sua análise do

---

<sup>3</sup> André Gorz, *Adeus ao proletariado – para além do Socialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 1987, p. 11.

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*, p. 86.

capitalismo para ilustrar relações mercadológicas de transição (entre a produção e a circulação) que não compreenderiam particularmente o “espírito do capitalismo”, mas que, nem por isso, deixariam de ser controladas pelas relações sociais fundamentais que as orientam na direção da extração de mais-valia.

No entanto, hoje as teorias que elegem o trabalho imaterial como força produtiva central rompem com as teses expostas por Marx nos *Grundrisse*. Em seus argumentos gerais, estas teses indicam o “fim da lei do valor” ainda no capitalismo, ao caracterizar uma relação de determinação direta entre a transformação da estrutura social e o desenvolvimento das forças produtivas<sup>5</sup>.

Os conteúdos cognitivos do trabalho imaterial o deslocariam a um universo em que ele não poderia mais ser *subsumido* pelo capital. Nos “*interstícios*” da sociedade capitalista ter-se-ia formado uma força produtiva cognitiva ancorada nas experiências cotidianas dos indivíduos. Esta produção imaterial levaria a teoria do valor à excrecência, pois indicaria uma contradição intransponível entre a lógica de universalização dos produtos imateriais e a mercadoria. Pressupõe-se, dessa forma, um redimensionamento da forma histórica de valorização do capital no capitalismo contemporâneo<sup>6</sup>.

O capital tentaria incessantemente conservar ou, pelo menos, restringir o conhecimento presente nos produtos comercializados. Mas, não poderia fazê-lo por completo, pois fugiria ao movimento intrínseco do capital, de acumulação e de extensão ilimitada da exploração do trabalho. Para produtos imateriais, essa lógica não faria, portanto, mais sentido. A universalização dos produtos advindos do trabalho imaterial acabaria por caracterizar o conhecimento formalizado e codificado como uma “não-mercadoria”, um bem comum<sup>7</sup>.

Haveria, nesses termos, um movimento de independência do trabalho imaterial frente ao processo de acumulação de capital. A imensurabilidade, essa propriedade particular dos trabalhos imateriais, seria utilizada como fonte de um novo processo de valorização na medida em que esta fosse restringida. Portanto, formar-se-ia hoje a convivência entre uma produção entendida como comunista (desatada da produção de mais-valia no interior da sociedade capitalista) e a produção típica do capitalismo baseada no trabalho assalariado.

O capitalismo cognitivo apresentar-se-ia como momento de “*crise do capitalismo em seu sentido mais estrito*”<sup>8</sup>. Evidencia-se aqui a indicação de uma passagem

<sup>5</sup> Sobre esse tema ver: Amorim, “Continuidades e rupturas teóricas em André Gorz”, In: Josué Pereira da Silva; Iram Jácome Rodrigues (Orgs). *André Gorz e seus críticos*. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 91-112.

<sup>6</sup> André Gorz, *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 9.

<sup>7</sup> Idem, *ibidem*, p. 10.

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*, p. 37.

direta (sem sujeitos sociais revolucionários) do capitalismo para o comunismo. Nessa concepção, o comunismo é visto como uma extensão do capitalismo, já que os desdobramentos históricos são facultados à evolução progressiva e incontornável das forças produtivas.

A pressuposição básica dos teóricos atuais do trabalho imaterial caracteriza-se esquematicamente da seguinte forma. Trabalho imediato-industrial: classe trabalhadora homogênea; partido como representação política da classe trabalhadora; greve na fábrica; revolução socialista; ditadura do proletariado; comunismo. Trabalho imaterial: indivíduos com profissões muito distintas, isto é, heterogeneidade e fim da classe social; movimentos sociais como representação de desejos políticos muito diferentes; aceitação da racionalidade econômica capitalista; por conseqüência, dualidade social; negociação como estratégia da luta política; revolução social como síntese da conciliação, resignação ao modo de vida burguês<sup>9</sup>.

Com base na formulação acima descrita, nos deparamos com a seguinte questão: existe fundamentação teórica nos *Grundrisse* para essa assertiva? É possível relacionar as teses do trabalho imaterial hoje com o que foi exposto por Marx nos *Grundrisse*?

Nossa leitura dos *Grundrisse* parte da hipótese de que a tendência de substituição do indivíduo parcial – vinculado a uma função especializada e restrigente da produção (capitalista) — por um indivíduo social, cujas capacidades estivessem totalmente desenvolvidas e a serviço da coletividade, não poderia ser construída no capitalismo, mesmo se constatássemos que o capital, de maneira contraditória e necessária à sua existência, qualifica o desenvolvimento desse indivíduo social.

Nosso argumento fundamenta-se na tese de que o trabalho – e a sua liberação – exposta nos *Grundrisse* consiste na própria caracterização de uma transformação geral da sociedade. Libertar-se (o trabalhador coletivo) das amarras do tempo de trabalho é fundar uma sociedade de tipo comunista. No entanto, esta possibilidade só poderia ser caracterizada com base em uma transformação radical dos interesses políticos das classes em presença. Isto, portanto, pressupõe a necessidade de organização de uma política revolucionária, a superação política da sociedade capitalista e dos objetivos gerais que orientam a construção dessa sociedade. Dessa forma, falar em fim da “lei do valor” pressupõe admitir as condições para a sua superação, o que somente seria possível em uma sociedade na qual as forças sociais não estivessem mais submetidas à orientação da produção da mais-valia, isto é, em uma sociedade organizada por um Estado socialista. Esses são os termos da discussão a seguir.

---

<sup>9</sup> Desenvolvo mais detalhadamente essa questão em minha tese de doutorado: *A valorização do capital e o desenvolvimento das forças produtivas: uma discussão crítica sobre o trabalho imaterial*. Campinas: Unicamp, 2006.

## A descoberta do novo-velho mundo

Durante o século XX, um eco aritmético influenciou as interpretações sobre a teoria do valor-trabalho que pode ser resumido na seguinte questão: seria possível quantificar/calcular exatamente o valor que é embutido e agregado às mercadorias antes de ser nelas transformado?

Essa questão pressupõe a existência, na problemática teórica do valor-trabalho de Marx, de uma tentativa de determinação do valor como algo calculável, matematicamente mensurável, aritmeticamente previsível. Entretanto, essa perspectiva não parece ter sido desenvolvida por Marx. O valor é concreto, pois é derivado de um "(...) *dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos, etc.*"<sup>10</sup>; mas só se torna mercadoria, intercambiável, na medida em que nega a utilidade do produto e a submete, como trabalho abstrato a uma relação entre quantidades de mercadorias produzidas num determinado espaço de tempo no qual determinadas forças produtivas representam um momento histórico da produção capitalista que, destaca-se, está em processo contínuo de transformação.

Nas últimas décadas, esse eco aritmético sobre o valor do trabalho tomou significativas proporções e, guardadas as devidas diferenças, possibilitou a crítica da "lei geral" de valorização do capital no momento em que sublinhou sua incompatibilidade com as novas formas de exploração do trabalho.

O que foi caracterizado por Marx como uma relação de proporcionalidade entre tempos socialmente necessários à produção de mercadorias acabou por ser reduzido a uma operação matemática que pleiteava um resultado numérico, pressupondo que a força de trabalho explorada (frise-se, intelectual e fisicamente), em horas de trabalho, poderia ser transformada em "fatores de produção".

A partir dessa leitura pressupunha-se, portanto, a existência, no interior da teoria do valor de Marx, da possibilidade do cálculo contabilístico do valor do trabalho e hoje, da inviabilidade desse cálculo, devido a uma suposta predominância de trabalhos não-manuais, ditos imateriais.

Atribuir a Marx uma interpretação/reformulação da teoria do valor presente em Adam Smith e em David Ricardo, que configure e restrinja sua análise a um esquema objetivista da determinação das relações sociais que fundamentam a produção de tipo capitalista, seria reduzi-la a uma teoria economicista do capitalismo. Hoje talvez seja este o grande problema das questões que a teoria do trabalho imaterial desenvolve.

No entanto, parece-nos que a intenção primeira de Marx, para realizar a crítica da Economia Política Clássica, foi a de superar a perspectiva naturalizadora e monetarista de análise do capitalismo. Ao discutir questões como a emancipação política e a eman-

<sup>10</sup> Karl Marx, *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, vol. II, p. 51.

cipação humana n'A *Questão Judaica*<sup>11</sup>, Marx já projetava como etapa necessária a transformação política do Estado capitalista e, posteriormente, também da estrutura produtiva e de sua ação concreta, ao transformar as relações de produção.

Nesse sentido, Marx articula o terreno da imediatividade com o terreno das mudanças estruturais, isto é, o terreno da prática política estrito senso, com o do movimento da estrutura edificada com base na relação contraditória entre forças produtivas e relações de produção. Marx teve a necessidade de criar, conseqüentemente, uma nova problemática, distinta daquela criticada por ele. Foi necessário perguntar-se sobre a constituição da sociedade capitalista; como são constituídas historicamente determinadas relações de produção capitalistas e como estas relações são reproduzidas. Sua pergunta central convergiu para: como se move o valor (como ele se acumula) sob o regime do capital?<sup>12</sup>

"(...) Há um limite que não é inerente à produção em geral, mas sim à produção baseada no capital (...). Basta demonstrar que o capital contém uma limitação da produção (que é) *particular* – limitação que contradiz sua tendência universal a superar toda trava oposta àquela – para pôr assim a descoberto (...) que, ao contrário do que afirmam os economistas, o capital não é a forma *absoluta* do desenvolvimento das forças produtivas, forma absoluta que, como forma da riqueza, coincidiria absolutamente com o desenvolvimento das forças produtivas"<sup>13</sup>.

Não nos parece que poderíamos conferir às teses de Marx a respeito da formação do valor uma dimensão estritamente aritmética com base em um suposto cálculo do valor presente nas mercadorias.

O retorno às discussões presentes nos *Grundrisse* sobre o tempo de trabalho, a extensão do tempo liberado como tempo libertário, e a conseqüente problematização sobre a possibilidade de superação ou não da teoria do valor-trabalho hoje nos parece fundamental. Sobretudo, quando a relação entre o fim da sociedade capitalista e o fim da "lei do valor" mostra-se como elemento central nas atuais teorias do trabalho imaterial. Portanto, a questão central da qual partimos é: a transição para uma sociedade socialista implica a superação da produção que tem como eixo central a geração de mais-valia? Ou ainda, quais seriam as vicissitudes

<sup>11</sup> Karl Marx, *A Questão Judaica*. São Paulo: Moraes, 1991.

<sup>12</sup> Ver: Luis G. Belluzo, *Valor e Capitalismo: um ensaio sobre a Economia Política*. Campinas: Unicamp, 1988, p. 37.

<sup>13</sup> Karl Marx, *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Borrador)*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores, 2002, Vol. I, p. 367. Doravante: *Borrador I*.

da lei do valor?<sup>14</sup>. Passemos agora à discussão sobre tempo de trabalho e de sua relação com a liberação de tempo necessário nos *Grundrisse*.

### Tempo de trabalho, valorização do capital e tempo livre

A formulação geral de Marx sobre o processo de autodestruição da “lei do valor” como processo de autovalorização do capital nos *Grundrisse* pode ser resumida da seguinte forma: o distanciamento da valorização do capital de sua base material, tornada uma “base miserável”, aparece como uma contradição em processo, ou seja, o capital tende a se afastar cada vez mais do trabalho vivo, fonte de criação de toda a riqueza, mas não pode se desprender por completo dele. O processo de valorização do capital quer libertar-se do trabalho vivo, mas não pode cumprir essa tarefa, pois a fonte de valorização se inscreve na exploração de tempo excedente dos coletivos de trabalhadores. A autodestruição do capital, dessa forma, não pode se relacionar com a inexorabilidade do “sistema”. Mesmo assim, ela continua a vir de dentro, isto é, das lutas entre forças sociais com interesses antagônicos.

O tempo de trabalho necessário à produção e à manutenção da reprodução social torna-se, assim, tópico central das análises de Marx nos *Grundrisse*. O autor nos remete à forma histórica do funcionamento do capitalismo e o faz com base em limites e características intrínsecas que condicionam um padrão de produção da vida.

O capitalismo é pressuposto dentro de um prazo de validade sem data para expiração; isto é, ao mesmo tempo em que se reconhece a potência expansiva e dilacerante do movimento do capital, projeta-se, ao analisar seus limites, uma “missão histórica” do operariado que deve se completar sob, pelo menos, duas tendências.

Uma diz respeito à tese de que haveria um momento no qual as necessidades sociais tornar-se-iam tão desenvolvidas que a lógica geral de produção de excedentes seria incorporada ao universo individual, isto é, não se trataria mais de uma lógica geral que é imposta ao indivíduo, mas sim da construção de um excedente que parte da própria lógica individual absorvida ao longo de gerações anteriores. Portanto, indivíduo e sociedade teriam interesses comuns.

A outra, caracteriza-se pela relação entre a busca sempre mais profunda da produção da riqueza e o desenvolvimento das forças produtivas, que diminuiria progressivamente o tempo de trabalho necessário para o conjunto da sociedade e socializaria a produção.

Curioso notar que no *Manifesto*<sup>15</sup> Marx afirmou — a partir do desdobramento da tese saint-simoniana segundo a qual o desenvolvimento da indústria

<sup>14</sup> Roman Rosdolsky. *Gênese e Estrutura de O Capital*. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto, 2001, p. 345.

<sup>15</sup> Karl Marx & Friedrich Engels. *Manifesto do partido comunista*. Petrópolis: Vozes, 1996, pp. 95-97.

levaria à extinção do trabalho — que a superação do capitalismo e a instauração do comunismo, caracterizado como uma sociedade sem classes, aboliria a necessidade do confronto político. Sendo os interesses sociais os mesmos, não haveria necessidade de deliberação pública; haveria, contrariamente, a transformação da sociedade sob a administração dos homens em uma sociedade sob a administração das coisas. Acabar-se-iam, nesse sentido, as relações de força entre os grupos sociais com o fim das classes sociais e com ele a luta pelo poder público, a deliberação em torno dele, isto é, o fim do Estado implicaria o “(...) fim da política, e não somente fim das instituições ou aparelhos políticos do passado, mas fim da prática política”<sup>16</sup>.

Se se compra isoladamente essa tese de Marx poderíamos entendê-la como uma relação de pertinência entre os argumentos mais recentes sobre a teoria do trabalho imaterial e a leitura de Marx sobre as forças produtivas para a constituição da sociedade socialista; ou seja, a determinação das forças produtivas seria caracterizada como central para o movimento histórico, sendo a política colocada a reboque de seu automatismo. Desdobrando-se, com isso, a tese de que tudo já estaria traçado. O movimento de autodestruição do capital nos levaria, com isso, à revolução.

Em sua aspiração incessante pela forma universal da riqueza, o capital impõe o trabalho a ultrapassar os limites de sua necessidade natural, criando os elementos materiais para o desenvolvimento de uma rica individualidade, multilateral na produção e no consumo. O trabalho, nesse caso não se apresenta como trabalho, mas como desenvolvimento pleno da própria atividade. Desapareceu a necessidade natural direta, substituída por uma necessidade historicamente produzida<sup>17</sup>.

Deparamo-nos, portanto, com a seguinte questão: este limite do capital é um limite criado pelas forças sociais em presença ou haveria uma determinação estrutural que conduziria a humanidade a esse limite? Haveria um caminho lógico de morte do capital? Ou ainda, “(...) O capitalismo teria um fim automático, resultante de tendências internas degenerativas, ou precisaria ser derrubado por forças sociais revolucionárias?”<sup>18</sup>.

É exatamente aqui que o problema do tempo de trabalho coloca-se como elemento fundamental da análise sobre as transformações produtivas no capitalis-

<sup>16</sup> Etienne Balibar. “La fin de la politique”. In: *Cinq Études du Matérialisme Historique*. Paris: Maspero, 1974, p. 85.

<sup>17</sup> Marx, *Borrador I*, cit., p. 267.

<sup>18</sup> Jorge Miglioli “Marx e o Colapso da União Soviética”. In: *Crítica Marxista*, nº 01, vol. 1, 1994, p. 62.



mo, sobretudo, se colocamos à prova a possibilidade de mensuração aritmética de determinação do valor do trabalho e a tese de que a impossibilidade de sua mensuração implicaria a própria extinção do valor.

Para Marx, o tempo é a medida do trabalho e o tempo de trabalho a medida do valor, mas nunca medida de riqueza. A função social dessa determinação está erigida em pelo menos três pressuposições. A primeira é a de que *“a negação do repouso, como mera negação, como sacrifício ascético, não cria nada. Um indivíduo pode se mortificar, (...) e este quantum de sacrifício ocasionado por ele não serve absolutamente de nada”*<sup>19</sup>, isto é, não cria valor algum do ponto de vista do processo de valorização do capital. A segunda é a de que *“para o operário uma hora de trabalho pode sempre ser um sacrifício igualmente grande. Porém, o valor das mercadorias de modo algum depende de seus feelings, nem tampouco o valor de sua hora de trabalho”*<sup>20</sup>, ou seja, a universalização da forma valor tem relação direta com sua própria existência. Por fim, a terceira seria a de que, se o valor do trabalho é medida de valor, ele não pode ter valor em si; como medida de todas as relações de produção, o valor, como grandeza, deve isentar-se de um valor próprio.

O tempo de trabalho é apresentado, dessa forma, como medida do valor, não tendo valor em si mesmo. Se for medida, deve “abstrair-se” de qualquer possibilidade real de quantificação de si. Fundamenta-se como um elo de quantificação geral de valores de troca com base em um tempo socialmente médio despendido para a produção de determinadas mercadorias.

Abre-se, assim, a questão do aumento da produtividade pela constante inserção de novas tecnologias à produção, que tenderia a liberar uma quantidade de tempo de trabalho não mais necessária à produção. Desse processo constante do capital que está fundamentado e fundamenta o caráter contraditório entre a expansão das forças produtivas e a dependência essencial do tempo de trabalho para a constituição de mais-valia, Marx projeta a possibilidade de constituição de uma nova sociedade.

Após a publicação dos *Grundrisse* em 1939, múltiplas interpretações da obra de Marx, da teoria do valor e do tempo de trabalho foram realizadas<sup>21</sup>. Um dos primeiros a tratar desse tema foi Marcuse<sup>22</sup>. O autor dimensiona a automatização da produção como sendo um desdobramento do progresso técnico, não o considerando apenas como um processo quantitativo de acúmulo de forças produtivas. A automatização é concebida pelo autor como um conjunto de elementos que

<sup>19</sup> Marx, cit. vol. II, p. 122. Doravante: *Borrador II*.

<sup>20</sup> Idem, ibidem, p. 123.

<sup>21</sup> Enrique Dussel. *La producción teórica de Marx: un comentario a los Grundrisse*. México: Siglo Veintiuno, 1998.

<sup>22</sup> Herbert Marcuse. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969, p. 79.

poderia catalisar a transformação estrutural da sociedade capitalista. A luta no contexto do progresso técnico poderia dar início e, nesse sentido, constituiria a forma de transgressão de um modo de produção a outro<sup>23</sup>.

Nos *Grundrisse*, Marx qualificou a constituição de algumas relações sociais como necessárias à criação de um tempo liberado que revolucionasse a lei do valor. São elas: 1) um alto nível de produtividade e de relativa abundância, pensada como relação direta entre capital circulante e capital fixo; e 2) a necessidade de uma população excedente, como também de uma produção excedente. Para Marx, a criação de *tempo disponível*<sup>24</sup>, ao longo do tempo necessário à produção, tem assim, relação direta com a criação de tempo de não-trabalho. Do ponto de vista do capital, esse não-trabalho, esse tempo disponível, provém exatamente da redução de tempo de trabalho necessário. Dessa forma, para que o capital cresça, ele:

Aumenta o tempo de mais-trabalho mediante todos os recursos da arte e da ciência, pois sua riqueza consiste diretamente na apropriação do tempo de mais-trabalho; *seu objetivo é diretamente o valor*, não o valor de uso. Assim, *malgré lui* desta condição, serve de instrumento para a criação de tempo disponível em escala social, para reduzir a um mínimo decrescente o tempo de trabalho de toda a sociedade e assim, tornar livre o tempo de todos para o próprio desenvolvimento dos mesmos<sup>25</sup>.

A tendência geral seria, então, a de criar tempo disponível. Contudo, quando o capital realiza tal tendência, cria mais tempo de mais-trabalho. Assim, a produção de valores de troca apresenta-se tendencialmente cada vez menos dependente do tempo de trabalho, entretanto, só se fundamenta como valor de troca, com base em quantidades dele mesmo (de tempo de trabalho). “*Quanto mais se desenvolve esta contradição, mais se faz evidente que o crescimento das forças produtivas já não pode estar ligado à apropriação de surplus labour alheio, mas sim que a massa operária mesma deve se apropriar de seu mais-trabalho*”<sup>26</sup>.

Dessa forma, o tempo necessário como medida de trabalho deixaria de existir. O tempo disponível deixaria de ter uma forma antitética com relação ao tempo de trabalho, passando a ser governado por um tempo necessário, aquele pautado pelas necessidades sociais, administradas pela sociedade organizada para esse fim. Com isso, o desenvolvimento das forças produtivas sociais encontraria uma pro-

<sup>23</sup> Idem, *Ibidem*, p. 53.

<sup>24</sup> No original em Inglês: *disposable time*, várias passagens – Karl Marx, *Borrador II, cit.*, pp. 216-237.

<sup>25</sup> Marx, *Borrador II, cit.*, pp. 231-232.

<sup>26</sup> Idem, *Ibidem*, p. 232 – grifos do autor.

dução nunca antes vista e que, mesmo sendo forjada com base no interesse comum, produziria tempo disponível, "(...) já que a riqueza real é a força produzida desenvolvida de todos os indivíduos. O tempo de trabalho, já não é então, de modo algum, a medida da riqueza, mas sim o tempo disponível"<sup>27</sup>.

Podemos inferir em Marx a tese de que hoje se desenvolveria um novo quadro de subsunção do trabalho ao capital. No entanto, seria precipitado conduzir à leitura da chamada "pós-grande indústria" no sentido de apontá-la como local revolucionário-libertador da classe trabalhadora. Como sugerimos inicialmente, a contradição interna imposta pela socialização crescente das forças produtivas e os limites das relações produtivas capitalistas estabelecem as bases para uma possível ruptura. O diagnóstico estaria feito. O problema estaria em como analisar formações sociais específicas, cujos sujeitos sociais pudessem tomar proveito dessas contradições político-sociais hoje presentes.

Os elementos constituintes de uma possível ruptura se articulariam entre as relações de produção/forças produtivas e as relações que se estabelecem entre trabalhadores e capitalistas, sendo a tendência interna do desenvolvimento das forças produtivas no processo de constituição de mais-valia a expressão dessa relação.

A tese segundo a qual as forças produtivas teriam um movimento independente que implodiria as relações de produção capitalistas desconsidera a luta de classes como formulação central da problemática de Marx, isolando uma lógica tendencial exposta por Marx nos *Grundrisse* de todo o conjunto da obra. A luta de classes, como formulação central de Marx, está presente nos *Grundrisse* como momento de fundamentação da política. Marx analisa a "lei do valor", sua tendência autodestrutiva, explicitando suas dimensões. No entanto, não se trata de uma perspectiva sistêmica. Os interesses de classes estão presentes e a redução do tempo de trabalho depende, entre outros fatores, da ativa participação do mando capitalista dentro da produção, isto é, da luta de classes na produção estrito senso<sup>28</sup>.

As possibilidades do desenvolvimento do trabalho dentro da lógica do tempo livre estão ligadas ao conjunto da organização da produção social, ou seja, não podemos falar em tempo livre, sem que haja uma contaminação geral da sociedade e que toda ela esteja empenhada ativamente (politicamente) em exercer esse tempo

---

<sup>27</sup> Idem, *Ibidem*, p. 232.

<sup>28</sup> Com nos sugere Magaline: "(...) Mais que uma 'dominação' exterior das relações de produção 'sobre' as forças produtivas, as análises de Marx fazem aparecer um processo de 'materialização' das relações de produção 'num' sistema de forças produtivas determinado. O grau desta 'materialização' (que se estende sobre um longo período histórico) é o índice da dominação das relações de produção, isto é, também da classe portadora de tais relações sobre o processo de produção." A. D. Magaline. *Luta de classes e desvalorização do capital*. Lisboa: Moraes, 1977, p. 56.

livre. Dessa forma, há uma liberação de tempo no capitalismo, mas nunca um libertar-se do tempo socialmente necessário de trabalho.

O trabalho da produção material só pode adquirir esse caráter [livre] 1) se está posto seu caráter social, 2) se é de índole científica, como trabalho geral, não esforço do homem enquanto força natural adestrada de determinada maneira, mas como sujeito que se apresenta no processo de produção, não sobre uma forma meramente natural, espontânea, mas como atividade que regula todas as forças da natureza<sup>29</sup>.

As teses dos *Grundrisse* nos remetem a uma estrutura e a formações sociais completamente distintas das do capitalismo. O trabalho livre não pode estar articulado a qualquer forma de trabalho forçado e o tempo de trabalho necessário à produção das necessidades sociais historicamente determinadas bem como não estaria relacionado a uma quantidade gigantesca de excedentes, como as presentes no capitalismo atual.

Essa problematização que Marx realiza da sociedade capitalista, projetando o comunismo, implica considerar que as confrontações entre tempo de trabalho e tempo liberado/livre, desenvolvimento das forças produtivas (em especial da ciência e da técnica) e desenvolvimento do indivíduo social só podem ser pensadas no quadro de uma sociedade de transição socialista.

Trata-se, portanto, de uma estrutura social que deve ser vislumbrada com base na relação entre a dinâmica imposta pelas forças do desenvolvimento produtivo e a luta político-histórica específica em formações sociais específicas.

### Capital fixo e forças produtivas: a máquina como representação da dominação de classe

Os *Grundrisse* nos informam que o aumento do trabalho excedente torna-se "question de vie et de mort"<sup>30</sup> para o tempo de trabalho necessário. Assim, o capital coloca a seu serviço, e deve obrigatoriamente fazê-lo, todas as forças da natureza. Em contrapartida, esse movimento do capital utiliza o tempo de trabalho para medir as forças sociais criadas nesse processo. Tais forças podem, por essa via, ser reduzidas aos limites do capital – a conversão é realizada ao transformar valor em valor de troca.

As forças produtivas e as relações sociais – umas e outros aspectos diversos do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem para o capital apenas

<sup>29</sup> Marx, *Borrador II, cit.*, p. 120.

<sup>30</sup> Idem, *ibidem*, p. 229.

como meios, e não são para ele mais que meios para reproduzir sua base mesquinha. *In fact*, porém constituem as condições materiais para fazer saltar essa base pelos ares. “Uma nação é verdadeiramente rica quando ao invés de 12 horas trabalham-se 6”<sup>31</sup>.

Contudo, “*Riqueza não é disposição de tempo de mais-trabalho (riqueza efetiva), mas sim tempo disponível, à parte e usado na produção imediata, para cada indivíduo e toda a sociedade*”<sup>32</sup>.

Estas duas passagens dos *Grundrisse* são sintomáticas do que aqui procuramos caracterizar. Resumidamente, elas se referem a dois mundos distintos. Um, o capitalista, no qual já estão expostas as condições materiais para a superação do capital; outro, o socialista, no qual um indivíduo social consciente de um projeto revolucionário está empenhado na eliminação progressiva da “lei do valor”.

A primeira projeta uma possibilidade já percebida por Marx no século XIX, a saber: a superação do modo de produção capitalista com base em suas contradições internas. O problema é que, na prática, a riqueza não é a riqueza imaginada para a sociedade futura; pelo contrário, é riqueza efetiva, riqueza extraída de mais-trabalho, o que impossibilita que se reduza, por exemplo, uma jornada de 12 horas para 6. A sociedade está ainda empenhada na produção de volumosos e sempre maiores excedentes, logo não é possível, que se reduza o tempo de trabalho e, mesmo se fosse reduzido, ainda sob o governo dessa lógica, o tempo disponível seria, do ponto de vista do indivíduo social, tempo negativamente liberado<sup>33</sup>. O tempo de trabalho necessário não tem como finalidade permitir à maioria dos homens, excluídos da produção, dispor livremente do tempo crescente de não-trabalho, pois a economia capitalista funciona com base no desperdício de recursos humanos e na marginalização de uma parte crescente da força de trabalho<sup>34</sup>.

A liberação do tempo no capitalismo fundamenta-se como uma liberação negativa, pois submete o trabalho, pensado como coletivo de trabalhadores, a uma subordinação ainda mais rigorosa e opressora. No entanto, dessa “liberação” Marx projeta as teses sobre a superação da “lei do valor”, posta pela contradição entre a necessidade do capital em aumentar sua produtividade, diminuindo o tempo de trabalho, ao mesmo tempo em que só pode criar riqueza efetiva ao explorar maiores quantidades de trabalho.

---

<sup>31</sup> Idem, *ibidem*, p. 229.

<sup>32</sup> Idem, *ibidem*, p. 229.

<sup>33</sup> André Tosel, “Centralité et non-centralité du travail ou la passion des hommes superflus”. In: Jacques Bider & Jacques Texier, *La Crise du Travail*. Paris: PUF, 1994, p. 209.

<sup>34</sup> Idem, *ibidem*, p. 209.

Dito isto, como pensar a liberação do trabalhador dos grilhões do capital ainda dentro da lógica de produção capitalista? Ou, mais especificamente, como pensar as teses sobre o trabalho imaterial expostas no início do texto, como pensar uma sociedade comunista, dentro de uma estrutura social dirigida pelo capital?<sup>35</sup>

Nos *Grundrisse*, Marx parte da afirmação de que “o nível de desenvolvimento já alcançado pelo modo de produção baseado no capital (...) se mede pela grandeza existente de capital fixo, não apenas pela sua quantidade, mas também por sua qualidade”<sup>36</sup>. Longe de fundamentar uma proposição radicada em uma leitura obcecada pelo desenvolvimento das forças produtivas, Marx, contrariamente, estabelece uma relação fundamental entre o nível de adequação do processo de produção e os objetivos centrais do capital.

O processo histórico de adaptação dos meios de trabalho é compreendido dentro de uma finalidade: a produção de valores de troca, de mais-valia, de lucro capitalista. É somente nesse sentido que Marx pôde analisar a inclusão da máquina e do sistema de máquinas no processo de produção como um elemento que geraria as bases – que depois de atingirem certo grau de produtividade, permitiriam restringir a um tempo diminuído a produção imediata, gerando uma produção de capital fixo por capital fixo, de máquinas por máquinas – de um novo modo de vida que pudesse liberar uma quantidade de tempo a ser apropriada pelo *indivíduo social*.

Quando Marx relaciona capital fixo (maquinaria e sistema de máquinas) à superação da “lei do valor”, ele supõe um nível de conhecimento acumulado. Se desatado do processo de valorização do capital, o “nível” científico alcançado e incorporado na maquinaria existente poderia ser requalificado e integrado à produção com uma outra finalidade que não a de produção de mais-valia.

Marx sugeriu as possibilidades de realização material da ciência, não especificamente os instrumentos, máquinas e maquinários já aplicados à produção, mas sim o que a ciência pode realizar com seu conhecimento acumulado. O autor abstrai o interesse da classe capitalista, e vislumbra uma nova sociedade organizada em torno de um poder político já instituído pela classe trabalhadora – isto pressuporia, entre outras coisas, a extinção da propriedade privada dos meios de produção.

A produção não estaria voltada para a mesma finalidade e, por isso, deveria ser reorganizada, ou melhor, revolucionada em seus princípios – o que não poderia ser realizado sob a égide da dominação produtiva e social comandada pelo capital.

A transformação do processo de produção baseado no trabalho simples em um processo científico da produção que põe ao seu serviço todas as forças da natureza, na medida em que as controla e as obriga a funcionar com base nas necessidades

<sup>35</sup> Gorz trabalha a tese de um *comunismo do saber* como expressão da radicalização de trabalhos imateriais. Ver: *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*, op. cit., p. 29.

<sup>36</sup> Marx, *Borrador II*, cit., p. 241.

coletivas, depende de uma transformação política e estrutural, ou seja, não virá de um movimento imanente ao desenvolvimento econômico do capital que implodirá a sociedade vigente. O contrário disso seria indicar que Marx tem uma concepção positivista do desenvolvimento tecnológico e que sua aplicação seria alheia aos próprios interesses sociais em presença, argumento este que pode ser amplamente refutado com base, por exemplo, na discussão que faz sobre como a máquina, entendida como meio de representação objetiva dos interesses do capital, produz e reproduz os coletivos de trabalhadores sempre no sentido de: 1) ampliar os domínios do capital com o objetivo de 2) aumentar a extração de mais-valia.

Não obstante, a concepção analítica de Marx sobre a transição ao socialismo, sugerida nos *Grundrisse*, isto é, a de que “o capital trabalha, assim, em favor de sua própria dissolução como forma dominante de produção”<sup>37</sup>, apela ao desenvolvimento do capital fixo e aos abalos que este desenvolvimento causaria na “lei geral” de valorização do capital e na sua possível destruição para caracterizar a transformação da estrutura produtiva.

Uma sociedade na qual o desenvolvimento da maquinaria e das condições gerais de produção floresceu a tal ponto que ‘o grande pilar de sustentação da produção e da riqueza’ já não será nem o trabalho direto que o próprio homem executa nem o tempo durante o qual trabalha, mas a apropriação de sua força produtiva geral. Nessa sociedade, a lei do valor deve desaparecer<sup>38</sup>.

Muitas perguntas atadas a esta passagem poderiam fazer indagar se Marx estaria pensando a possibilidade do acúmulo de capital fixo e de sua utilização de forma a-histórica, isto é, de que haveria a possibilidade de utilização das máquinas capitalistas em uma produção de tipo comunista.

Essas questões devem e podem ser realizadas quando pensadas juntamente com a problemática das classes sociais indicada em outros textos de Marx e Engels<sup>39</sup>. Para tal, é importante analisar, no que concerne aos *Grundrisse*, como essas teses são fundamentadas por Marx quando ele relaciona capital fixo, meios de produção e forças produtivas.

Quando Marx afirma que “a maquinaria não perderia seu valor de uso quando deixar de ser capital”<sup>40</sup>, ele estaria se referindo a uma sociedade de transição socia-

<sup>37</sup> Marx, *Borrador II*, cit., p. 222.

<sup>38</sup> Rosdolsky, *Gênese e Estrutura de O Capital*, cit., p. 303 – grifos do autor.

<sup>39</sup> Ver: Karl Marx, *La Guerra Civil en Francia*. México D. F., Progreso, 1977; *O Dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974; & *Engels Manifesto do partido comunista*, op. cit..

<sup>40</sup> Karl Marx, *Borrador II*, cit., p. 222.

lista, que ainda tem em seu escopo ampliado a produção da riqueza com base na velha estrutura produtiva da sociedade capitalista?

O capital fixo é visto por Marx como capital consumido no processo de produção, como meio de produção. Todos os momentos da produção e da circulação devem ser considerados, do ponto de vista do capital, como meios de trabalho. Isto porque toda produção tem como finalidade a autovalorização do valor como capital. Capital fixo, dessa forma, é valor de uso da produção estrito senso, meio de produção, é a condição material (o conjunto de todas as matérias, sejam elas físicas ou não – outra confusão das novas teorias do imaterial) e histórica para a realização de uma quantidade de trabalho específica à produção.

O fator central para compreender a dinâmica da produção num determinado momento histórico, seria então o capital fixo – representação material do desenvolvimento geral e específico das forças produtivas sociais. Dessa forma, Marx pôde compreender o caráter contraditório da produção capitalista que, ao mesmo tempo em que fundamenta a base do processo de valorização do capital, pode criar (em circunstâncias particulares) as bases para a superação desse modo de produção.

No entanto, o capital fixo é expressão da luta de classes. Na prática, ele é organizado em função dessa luta. Há, dessa forma, uma teoria da transição subjacente a uma outra da economia-política capitalista, sendo as duas fundamentadas em torno de uma mesma problemática teórica: o fim das sociedades divididas em classes sociais.

Quando projeta nos *Grundrisse* o sistema integrado de máquinas, Marx o considera como sendo a forma mais acabada do desenvolvimento da maquinaria, isto porque a máquina é considerada um sistema automático, que é posto em movimento por um autômato, portanto, uma "(...) força motriz que se move a si mesma; (...) de tal modo que os operários só estão determinados como membros conscientes do sistema"<sup>41</sup>. A forma na qual o meio de trabalho é colocado no processo de produção a serviço do capital é superada por uma forma posta pelo capital e que corresponde a ele próprio. "(...) A maquinaria se apresenta como a forma mais adequada de capital fixo e o capital fixo (...) como a forma mais adequada de capital em geral"<sup>42</sup>.

Assim, Marx sustenta que haveria no capitalismo industrial uma adequação da matéria (máquina) à forma (capital). Há, assim, uma perfeita afinidade da máquina em relação aos objetivos últimos do capital, isto é, o de reproduzir-se socialmente, com base em sua autovalorização: transformação de capital em mais dele mesmo.

O capital fundamenta-se como totalidade das condições do processo de produção. Nesse processo, conserva o material de trabalho (matéria-prima), meios de

<sup>41</sup> Karl Marx, *Borrador II*, cit., p. 218.

<sup>42</sup> Karl Marx, *Borrador II*, cit., p. 220 – grifos do autor.



trabalho e trabalho vivo e lhes confere uma unidade dinâmica no processo de trabalho. Essas três instâncias constituintes do capital formam, então, os momentos essenciais do processo de trabalho dos quais o capital se apropria. No entanto, essa expressão material do processo separa-se completamente de sua determinação formal, ou seja, a determinação material do capital fixo como valor de uso e o processo real do processo de produção separam-se de sua determinação formal. Isto porque esses três elementos aparecem somente como quantidades de capital distintas antes de se intercambiarem com a força de trabalho.

A transformação das forças produtivas leva o processo de trabalho a se adequar à forma do capital no processo de valorização. Caracterizada nessas metamorfoses, a subordinação real do trabalho coloca-o como vigia e regulador de um processo de produção que *quase* desconsidera o trabalho vivo. A tendência geral da relação social capital de transformação constante de suas forças produtivas com a finalidade de diminuir o tempo de trabalho necessário, ou seja, sua dependência em relação ao trabalho vivo e de se autovalorizar na medida em que cria mais-valia do valor já existente, caracteriza-se como relação social fundamental para a reprodução do capital. “É pela simples adição de um valor novo que se mantém o antigo”<sup>43</sup>.

Não obstante, alonga-se a contradição insuperável que está posta na medida em que esse valor já criado tem a necessidade, para se manter vivo, de criar mais-valia e para isso precisa explorar mais trabalho vivo, mesmo que tendencialmente sua diminuição seja objetivo da produção capitalista.

A troca de trabalho vivo por trabalho objetivado é, portanto, apresentada como a última forma social das relações sociais baseadas na “lei do valor”.

Na grande indústria a criação da riqueza torna-se menos dependente do tempo de trabalho e do quanto de trabalho empregado, que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que a sua vez – seu *powerful effectiveness* – não guarda relação alguma com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, depende muito mais do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação desta ciência à produção<sup>44</sup>.

Dessa passagem podemos inferir pelo menos duas observações. Primeiramente, que as relações de produção constituídas com o objetivo de valorizar o capital devem ser pensadas dentro de parâmetros históricos precisos. As relações de produção baseadas na formação de mais-valia nos indicam uma forma de re-

<sup>43</sup> Althusser, “Sobre o Processo de Conhecimento”, cit., p. 157.

<sup>44</sup> Marx, *Borrador II*, cit., p. 227-228.

produção de si que, dentro de determinados limites, expande-se, transformando-se, isto é, as relações de produção mudam, mas permanecem sempre com a mesma finalidade. As formas de exploração do trabalho são alteradas, ao mesmo tempo em que permanecem dentro do universo de valorização do capital. Não obstante, esta reflexão não impede a sua radicalização histórica, isto é, a possibilidade de uma teoria da história. Pelo contrário, a efetiva análise do processo histórico apenas tem sentido se o que é específico e o que pode ser constituído se faz presente.

A outra observação diz respeito à subjetivação dos processos de trabalho concebidos por Marx. A diminuição do tempo de trabalho como tempo necessário à produção de valores de troca na grande indústria impõe a superfluidade de parte desse tempo antes utilizado como tempo de extração de mais-valia. Desse modo, haveria uma transformação do espaço ocupado pelo trabalho no processo de produção. A relação entre a natureza e o objeto/sujeito que o transforma dar-se-ia de uma maneira relativamente alheia ao tempo de trabalho. Com isso, uma desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto é desenvolvida, *"assim como [uma] desproporção qualitativa entre o trabalho, reduzido a uma pura abstração, e o domínio do processo de produção vigiado por aquele [pelo trabalho]"*<sup>45</sup>. Por um lado, o trabalhador coletivo apresenta-se ao lado do processo, à margem; não é mais o agente principal do processo de produção. Por outro, constitui-se, no momento em que se apropria das forças produtivas gerais, como figura central do processo de produção, criando, dessa forma, as possibilidades de constituição de uma sociedade não mais baseada na exploração do trabalho. Criar-se-ia, dessa forma, o desenvolvimento do *indivíduo social*<sup>46</sup>.

A formação do *indivíduo social* sugerida por Marx nos *Grundrisse* tem relação direta com sua concepção de política. Se voltarmos à letra de Marx<sup>47</sup>, em especial às primeiras linhas do *Manifesto*, podemos compreender o peso da luta de classes e das classes sociais para a constituição de sujeitos políticos revolucionários. A classe social, como abstração concreta, pode fundamentar uma análise das relações sociais em formações sociais específicas. Ela dá sentido à leitura histórico-política que, em nenhum momento, pode estar desvinculada do movimento da estrutura econômica que determina e é determinado dialeticamente pelos interesses de classe — leia-se, pela organização do Estado, do governo, dos partidos, dos sindicatos, das escolas, isto é, da luta política dentro de uma conjuntura histórica específica.

<sup>45</sup> Idem, *ibidem*, p. 228 — grifos meus.

<sup>46</sup> Idem, *ibidem*, p. 228.

<sup>47</sup> Refiro-me aqui à primeira frase do *Manifesto do Partido Comunista*: *"A história de toda sociedade até hoje é a história de luta de classes"*. Marx & Engels *Manifesto do partido comunista*, op. cit., p. 66.

<sup>48</sup> Marx, Borrador II, cit., p. 229.

O *indivíduo social*, pensado por Marx como coletivo consciente dos processos econômicos e políticos que determinam sua própria existência e que está ativamente inserido no processo da luta de classes – resultado de um processo de luta direta e explícita – só se apresentaria em circunstâncias especiais. Inserir a formação do *indivíduo social* ainda no capitalismo seria não relacionar as reais possibilidades de sua efetivação política revolucionária.

A base material para a constituição do comunismo não está dada. Essa base material, para Marx, só se efetiva num quadro de dominação social regido pela classe trabalhadora constituída em Estado, em uma força política que dirige a sociedade no sentido de eliminar progressivamente as relações de produção capitalistas. Na prática, esse indivíduo social, pensado por Marx nos *Grundrisse*, vincula-se ao processo de superação das classes sociais. Sua formação integral está inserida em uma sociedade em que as forças e os interesses sociais dominantes difundem-se em torno de um processo de dissolução das classes sociais, o que englobaria, sobretudo, a extinção da “lei do valor”. A extinção das classes sociais é, dessa forma, fundamental para que o *indivíduo social*, em constituição na sociedade socialista, seja completamente desenvolvido no comunismo.

Com isso, constituir-se-ia o fim da produção fundada no valor. O processo de produção imediato perde seu caráter forçado, compulsório e antagonico. A questão não seria mais reduzir o tempo de trabalho e aumentar o sobretalho, mas sim reduzir o trabalho necessário àquela parcela mínima que satisfaça as necessidades sociais. Portanto, “(...) *esta redução supõe que os indivíduos recebam uma formação artística, científica, etc., graças ao tempo libertado e aos meios criados para benefício de todos*”<sup>48</sup>.

Como Marx poderia falar em formação artística sem formação e distribuição prévia do conhecimento que é restringido pelo capital? Aqui, não estamos falando apenas do conhecimento formal, mas do conhecimento crítico, aquele que tem por princípio a transformação das condições de vida de uma sociedade.

A superação política da sociedade capitalista antecede, dessa forma, temporalmente sua transformação econômico-política, isto é, é necessária a constituição de um Estado socialista dirigido pela classe trabalhadora (transformação política) para que as relações sociais de produção capitalistas sejam substituídas progressivamente por relações de produção socialistas (transformação econômico-política/fim da “lei do valor”). A extinção da produção baseada no valor não tem, dessa forma, um fim automático, como todo e qualquer elemento histórico também não o tem. Ela tem que ser transformada para que se transforme.

---

<sup>49</sup> Magaline, *Luta de Classes e Desvalorização do Capital*, cit..

Nos *Grundrisse*, a ênfase dada por Marx às condições contraditórias que a forma valor toma parece sugerir um certo automatismo do próprio movimento do valor. No entanto, podemos observar uma clara indicação da impossibilidade da extinção da forma valor de troca na sociedade capitalista por si mesma.

A projeção que Marx faz tem sempre como objetivo final a sociedade comunista, sem classes, e a necessária passagem pela sociedade socialista que condiciona e cria uma base material para a extinção das relações de produção capitalistas. A transformação política, a formação de uma classe revolucionária que exerce ativamente a deliberação de seus interesses constitui-se somente dentro de um horizonte específico no qual as condições materiais sejam suficientemente satisfatórias para o conjunto da classe trabalhadora. Admitir que as possibilidades materiais para a superação do capitalismo já estariam nele constituídas, não nos permite daí conceber a efetivação política e material do indivíduo social. A formação desse indivíduo social nos *Grundrisse* está necessariamente relacionada ao socialismo.

Diferentemente dos outros modos de produção, o capitalismo instaura sua materialidade na contradição entre tempo de produção e tempo necessário. No entanto, interpretar as potencialidades dessa produção a partir da inexorabilidade do processo de libertação do indivíduo social em relação ao domínio do capital nos parece uma proposição que reduz o espectro de intervenção das classes sociais na construção de qualquer projeto político imerso na luta entre interesses distintos e irreconciliáveis, como aqueles que governam a luta entre capitalistas e trabalhadores.

Vale dizer, portanto, que a base material como síntese das forças sociais constituídas em um determinado momento da história fundamenta-se pela relação direta entre interesses opostos dentro da sociedade capitalista. O enfrentamento direto na produção, ou como melhor denominou Magalíne<sup>49</sup>, a luta de classes na produção e a reprodução orgânica da reconfiguração dos interesses da burguesia dentro e fora da produção estrito senso é constantemente transformada. Isto nos permite afirmar que a constituição da dominação capitalista que é recriada sobre um antagonismo de classe está a cargo de possíveis movimentos e organizações políticas que acirrem as contradições em presença, sem as quais toda transformação seria fundada na retórica.

A caracterização de uma relação direta entre o avanço das forças produtivas e a transformação estrutural da sociedade capitalista reside em uma interpretação das forças produtivas como um elemento isolado de desestruturação das relações de produção em presença. A necessidade de uma força político-material transformadora da sociedade, isto é, da classe revolucionária e da luta de classes, perde sua centralidade no momento em que são pensadas como derivação direta do desenvolvimento das forças produtivas.

---

<sup>50</sup> Gorz, *O Imaterial*, cit., 2005.

Por conta disso, exclui-se a necessária constituição de um sujeito histórico de tipo revolucionário que poderia criar, organizando-se em torno de um projeto socialista, a ruptura político-social com a sociedade capitalista. Há, assim, uma interpretação sobre o desenvolvimento das forças produtivas que é unilateral. A dialética está cindida. Não há embate social. Os indivíduos não constroem a base material econômico-política da ruptura, pelo contrário, são levados pela lógica sistêmica de expansão dessas forças, ou ainda, é o desenvolvimento das forças produtivas que forja o indivíduo e espera dele uma tomada de consciência que o projete na direção da transição “rumo ao comunismo”<sup>50</sup>.

Contrariamente, a relação entre a transformação política estrutural da sociedade capitalista e a formação do *indivíduo social*, como aquele exposto por Marx nos *Grundrisse*, nos parece ser o eixo problemático central para a consideração da extinção da “lei do valor”. Como nos lembra Naves:

Após a revolução, *a luta de classes prossegue*, com a classe operária procurando, por um lado, destruir o *núcleo duro* das relações sociais capitalistas, justamente aquilo que permite a dominação e a expropriação do trabalhador (...) E, por outro lado, procurando destruir o aparelho de Estado burguês, visando, por meio da *ditadura do proletariado*, transformá-lo em algo que já não seja mais propriamente um Estado, isto é, procurando criar as condições para a sua extinção. O socialismo é precisamente esse período de transição do capitalismo para o comunismo no qual a classe operária luta para operar essas transformações na base econômica do capitalismo, e para se apropriar efetivamente – e não apenas formalmente – do poder<sup>51</sup>.

Os *Grundrisse* devem, portanto, ser analisados com base em uma pressuposição classista. Seja qual for a dificuldade da determinação de novas classes sociais no capitalismo contemporâneo, a reprodução social do capital está fundamentada em uma dominação assentada na separação entre proprietários e não proprietários dos meios de produção. A definição das classes baseada apenas nessa separação não é suficiente, sobretudo, hoje. No entanto, é sempre um ponto de partida presente e absolutamente necessário para a avaliação das sociedades capitalistas.

Na estratégia de exposição de Marx, o interesse em levar a lógica da produção e da reprodução social ao seu limite é clara. Esse “levar ao limite” tem suas implicações: aparenta uma desvinculação com a própria historicidade capitalista,

---

<sup>51</sup> Márcio Naves, “Marxismo e Capitalismo de Estado”. In: *Crítica Marxista*, nº 1, vol. 1, 1994, p. 72.

quando, na verdade, visa explicitar que a lógica da produção e da reprodução social está fundada em uma unidade dada pela luta de classes.

A teoria política (análise e superação do capitalismo e transição socialista) e a análise do movimento do econômico como sistema contraditório nos *Grundrisse* nos remetem necessariamente a um movimento teórico e expositivo que realiza recortes e que implica uma leitura das entrelinhas. A pressuposição das classes sociais e da luta de classes nos impõe, assim, uma análise pautada por elementos históricos que não se limitem a uma leitura do movimento histórico como um movimento automático, isto é, que caracterize um *devoir inexorable*, um movimento imanente ao desenvolvimento das forças produtivas que implodirá a sociedade vigente. Essa facilidade - infelizmente - não está no horizonte do movimento operário.

AMORIM, Henrique. Trabalho imaterial, forças produtivas e transição nos *Grundrisse* de Karl Marx. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.25, 2007, p.9-30.

**RESUMO:** Pretendemos discutir os *Grundrisse* de Marx à luz das teses sobre o trabalho imaterial, sobretudo, da tese que afirma hoje o fim da "lei do valor" como consequência da centralidade de trabalhos imateriais. Nossa problematização dos *Grundrisse* esta fundamentada em uma análise das forças produtivas, do individuo social, e das classes sociais. Não obstante, ela visa apreender como Marx projeta a sociedade revolucionada, isto é, o "fim da lei do valor". A teoria da transição em Marx esta relacionada a sua análise da diminuição do trabalho vivo (diminuição do tempo socialmente necessário a produção de mercadorias) e aumento do trabalho passado (aumento de ciência e tecnologia aplicadas a produção de mercadorias). A liberação/libertação do tempo de trabalho explorado remete necessariamente ao fim das sociedades divididas em classes sociais. Dessa forma, analisaremos como Marx fundamenta nos *Grundrisse* a relação entre a constituição do individuo social libertado das contingências do capital, a utilização da ciência como força produtiva central e a construção da sociedade comunista sob a perspectiva das classes sociais.

**Palavras-chave:** Classes sociais; Forças produtivas; Grundrisse; Trabalho imaterial e transição.

### **Immaterial work, productive forces and transition on Marx's Grundrisse**

**ABSTRACT:** In this paper we intend to accomplish a reading of the *Grundrisse* by Marx under the influence of the thesis about immaterial work, specially the thesis that states today the end of the "law of value" as a consequence of the centrality of the immaterial work. Our discussion of the *Grundrisse* is based on an analysis of the productive forces, the social individual and the social classes. Nevertheless, it intends to apprehend how Marx projects the revolutionized society, i.e., the end of the "law of value". The theory of transition in Marx is related to his analysis of the decrease of the living labor (decrease of the socially necessary labor time to the production of goods) and increase in past labor (increase in the organic composition of capital to the production of goods). The release/liberation of the exploited labor time leads necessarily to the end of the societies divided in social classes. In this way, we analyze how Marx explain in the *Grundrisse* the relationship among the constitution of the social individual liberated from the contingences of capital, the use of science as the central productive force and the construction of the communist society under the perspective of social classes.

**Keywords:** Social classes; Productive forces; Grundrisse; Immaterial work; Transition.